

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO DAS COMMODITIES SOJA E MILHO: UMA ANÁLISE SOB A FORMA DE TRIBUTAÇÃO

Ana Heloisa Fontes Alves¹

Faculdade de Ensino Superior da Amazônia Reunida / Fesar - Afya
Email: anaheloisafa@gmail.com Telefone: (94) 99109-0453

Erika Lorryne Marques De Sousa²

Faculdade de Ensino Superior da Amazônia Reunida / Fesar – Afya
Email: erikamarqueser@gmail.com Telefone: (94) 99149-4998

Leonardo Henrique Barbosa Lima³

Email: leonardohenriquefesar2020@gmail.com Telefone: (94) 99183-8086

doi.org/10.23925/2595-4865.2024v1n18.64360

RESUMO

O setor agropecuário desempenha um papel fundamental em muitas economias, pois garante o suprimento global de alimentos, fibras e bioenergia. No entanto, os agricultores frequentemente enfrentam uma série de desafios relacionados aos impostos que podem afetar seus lucros e competitividade. Diante dessa situação, é essencial adotar estratégias de planejamento tributário no agronegócio para minimizar o impacto dos impostos e maximizar os resultados financeiros das operações. O planejamento tributário rural consiste em estratégias que os produtores rurais utilizam para reduzir a carga tributária em suas atividades agrícolas. Essas estratégias levam em consideração a legislação tributária aplicável ao setor rural e consideram as particularidades do negócio rural, como sazonalidade, custos, e variações no mercado. Este artigo tem como objetivo explorar as estratégias e vantagens do planejamento tributário no setor agropecuário.

PALAVRAS CHAVES

¹ Bacharelada em Direito pela Faculdade de Ensino Superior da Amazônia Reunida (FESAR)

² Bacharelada em Direito pela Faculdade de Ensino Superior da Amazônia Reunida (FESAR)

³ Formado em Letras pela Universidade do Estado do Tocantins (Unitins). Formado em Ciências Contábeis pela Unitpac/Afya. Formado em Direito pela Universidade de Franca - SP (Unifran), Especialista em Direito Civil e Empresarial pela Faculdade Damásio de Jesus. Advogado e professor universitário.

(Agronegócio, Commoties, Planejamento Tributário)

ABSTRACT

The agricultural sector plays a fundamental role in many economies, as it guarantees the global supply of food, fiber and bioenergy. However, farmers often face a number of tax-related challenges that can affect their profits and competitiveness. Faced with this situation, it is essential to adopt tax planning strategies in agribusiness to minimize the impact of taxes and maximize the financial results of operations. Rural tax planning consists of strategies that rural producers use to reduce the tax burden on their agricultural activities. These strategies take into account the tax legislation applicable to the rural sector and consider the particularities of rural business, such as seasonality, costs, and market variations. This article aims to explore the strategies and advantages of tax planning in the agricultural sector.

KEYWORDS

(Agribusiness, Commoties, Tax Planning)

INTRODUÇÃO

O Código Tributário Nacional – CTN é uma lei infraconstitucional, promulgada em 25 de outubro de 1966, ao que no ano corrente, equivale a 57 anos de existência, uma das leis mais antigas no ordenamento jurídico. Sua arcaicidade é envolta de complexidade, burocratização e interpretações assimétricas, conceituadas pelos doutrinadores e juristas nacionais.

Paralelamente a implementação do Sistema Tributário Nacional, em meados da década de 60 a 70 iniciou-se um marco vultoso no ramo da agricultura, desencadeando circulações internas e externas das commodities soja e milho. Desde então, nota-se a considerável liderança na economia brasileira, cujo atualmente, o Produto Interno Bruto – PIB nacional tem cerca 24,5% de representatividade voltada a agricultura⁴.

A vertente associada a Agricultura, é que, visto a falta de estudo básico dos agricultores, alta complexidade e a pluralidade de aplicação em torno do Código Tributário Nacional, evidencia-se uma discrepância descomunal com o Planejamento Tributário das Commodities Agrícolas, sobretudo sob as plantações de Soja e Milho que representam a maior parte de Importação e Exportação⁵ do mercado brasileiro.

Visto que os cultivadores são pessoas de pouco estudo teórico e iniciaram suas atividades de plantação na infância, passando os ensinamentos aos descendentes, como uma herança a ser partilhada e garantia certa de alimento diário sob a mesa. Primordialmente, com uma visão mais introvertida voltada a sobrevivência alimentar da família e em ato contínuo, as outras necessidades que envolvem o arrecadamento monetário, a ampliação da plantação para comercialização e sustento familiar.

O planejamento tributário no agronegócio e principalmente no cultivo das commodities soja e milho, perfaz um prognóstico objetivo, reduzindo os impostos, favorecendo o aproveitamento de créditos fiscais e buscando uma aplicabilidade coerente da lei fiscal, a fim de evitar danos desnecessários para os agricultores,

⁴ <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>

⁵ <https://conteudos.xpi.com.br/aprenda-a-investir/relatorios/commodities/>

explorando a estruturação societária adequada, de modo que tenha um impacto significativo na carga tributária e na economia de impostos. Isso envolve revisar a legislação tributária vigente e identificar as obrigações tributárias específicas que afetam o setor do agronegócio.

1. AGRONEGÓCIO FAMILIAR

O termo "agropecuária familiar" refere-se a unidades de produção agrícola gerenciadas por famílias, geralmente com mão de obra predominantemente familiar e com a propriedade da terra. É uma fonte crucial de emprego e renda em muitas regiões do Brasil. Ele desempenha um papel essencial na segurança alimentar e na produção de alimentos para consumo interno e exportação. O governo brasileiro implementou vários programas e políticas de apoio ao agronegócio familiar, visando melhorar a infraestrutura rural, fornecendo crédito agrícola, promovendo a educação agrícola e facilitando o acesso ao mercado.

Muitos agricultores familiares têm adotado tecnologias modernas para aumentar a eficiência e a produtividade. A utilização de técnicas sustentáveis e práticas agroecológicas também tem ganhado destaque. Apesar dos avanços, o agronegócio familiar no Brasil enfrenta desafios como acesso limitado a recursos financeiros, falta de infraestrutura, questões fundiárias e mudanças climáticas.

Atualmente conjuntamente com a evolução e globalização do mercado as famílias do agronegócio têm buscado agregar valor à produção primária, investindo em processamento e comercialização de produtos agrícolas. A agroindustrialização pode contribuir para aumentar a renda e a estabilidade econômica.

1.1 Crescimento Do Agronegócio Familiar No Mercado

Agronegócio no Brasil tem desempenhado um papel fundamental na economia do país, sendo um dos setores mais dinâmicos e importantes. Alguns fatores contribuem para o crescimento contínuo do agronegócio brasileiro, soja e milho. O Brasil é um dos maiores produtores mundiais de grãos, especialmente soja. A expansão da fronteira agrícola tem contribuído significativamente para o aumento da produção. A aceitação dos agricultores pelas tecnologias modernas, como máquinas agrícolas avançadas,

sementes geneticamente modificadas e práticas de manejo eficientes, tem impulsionado a produtividade no campo.

O Brasil é um dos principais exportadores mundiais de grão. A demanda internacional por commodities agrícolas brasileiras, como soja, milho tem contribuído para o crescimento do setor, dessa forma, aumentando a competitividade do agronegócio brasileiro no mercado global.

Ademias, programas de crédito rural oferecidos pelo governo auxiliam os produtores no financiamento de suas atividades, permitindo investimentos em tecnologia, insumos e expansão da produção.

Portanto, com o aumento do poder aquisitivo da população brasileira tem impulsionado o consumo interno de produtos agropecuários, criando oportunidades para os produtores atenderem à demanda para que maximizar a produção.

2. COMMODITIES

O conceito de commodities tem raízes históricas nas práticas comerciais e no desenvolvimento econômico. A palavra "commodity" tem origens no termo latim "commoditatem", que significa "mercadoria" ou "vantagem". Ao longo da história, as commodities desempenharam um papel de grande importância nas trocas comerciais e no desenvolvimento econômico de diversas civilizações. Commodities, em inglês, referem-se a mercadorias ou produtos básicos e fungíveis que são comercializados em mercados financeiros. Esses produtos geralmente são produtos primários ou matérias-primas que são uniformes em qualidade e características, independentemente do produtor.

Desde os primórdios do comércio, as sociedades humanas começaram a trocar bens entre si, prática conhecida como escambo. Certos produtos, como alimentos, metais e tecidos, eram essenciais para a subsistência e se tornaram os primeiros tipos de commodities. Durante a Era das Descobertas (séculos XV a XVII), o comércio global expandiu-se significativamente com a descoberta de novas rotas marítimas. Especiarias, seda, ouro e outros produtos eram transportados entre continentes, marcando uma intensificação do comércio de commodities em escala global. A Revolução Industrial, nos séculos XVIII e XIX, trouxe mudanças profundas na produção

e no comércio. Muitos recursos naturais, como carvão e minerais, tornaram-se commodities essenciais para a manufatura em grande escala.

No século XIX, começaram a surgir mercados organizados para a negociação de contratos futuros de commodities. Esses contratos ajudaram a proteger os produtores e comerciantes contra flutuações de preços, fornecendo uma forma de garantia. Esses produtos são frequentemente negociados em bolsas de commodities, onde os contratos futuros são comprados e vendidos. Os preços das commodities são influenciados por diversos fatores, incluindo oferta e demanda globais, condições climáticas, políticas governamentais e eventos geopolíticos.

2.1 Objetivos Das Commodities

Um dos objetivos principais das commodities é a padronização de produtos e a introdução de sistemas gradual que contribuíram para a uniformidade das commodities. Permitindo que produtos semelhantes fossem facilmente comparados e negociados. Hoje, as commodities continuam a desempenhar um papel vital na economia global, com bolsas de commodities modernas facilitando a negociação de contratos futuros e ajudando a determinar os preços desses ativos em todo o mundo. O comércio de commodities é fundamental para muitas e desempenha um papel de assegurar o setor alimentício, no abastecimento de energia e em várias outras áreas econômicas.

Esses produtos têm várias funções na economia global, e o comércio de commodities desempenha um papel importante em várias indústrias. Aqui estão alguns dos objetivos principais das commodities:

2.1.1 Facilitar o Comércio

As commodities servem como meio para transações comerciais. Elas são compradas e vendidas em mercados locais e internacionais, proporcionando uma forma de comércio globalizado.

2.1.2 Diversificação de Investimentos

Para investidores, as commodities oferecem uma oportunidade de diversificar suas carteiras. Como os preços das commodities podem não estar correlacionados aos movimentos do mercado de ações e títulos, elas podem ajudar a reduzir o risco global de uma carteira de investimentos.

2.1.3 Proteção contra Riscos

Os contratos futuros de commodities permitem que produtores e comerciantes se protejam contra flutuações de preços. Isso é especialmente importante para setores onde os preços podem ser voláteis devido a condições climáticas, geopolíticas ou outros fatores.

2.1.4 Fornecimento de Matérias-Primas

Muitas commodities são matérias-primas essenciais para a produção de bens e serviços. Por exemplo, a soja e o milho que são fundamentais para de combustíveis e ração animal, setor alimentício, para produção de biocombustíveis entre outros.

2.1.5 Determinação de Preços

Os preços das commodities, muitas vezes estabelecidos em bolsas de commodities, desempenham um papel crucial na determinação dos custos de produção e no preço final de muitos produtos e serviços. Esses preços refletem a oferta e demanda global, bem como fatores geopolíticos e econômicos.

2.1.6 Segurança Alimentar e Energética

Commodities agrícolas, como grãos e alimentos, desempenham um papel vital na segurança alimentar global. Da mesma forma, commodities energéticas, como petróleo e gás natural, são essenciais para atender às demandas energéticas globais.

2.2 Características

As commodities possuem algumas características distintivas que as diferenciam de outros tipos de produtos no mercado. Aqui estão algumas das características principais das commodities:

2.2.1 Padronização

As commodities são geralmente padronizadas em termos de qualidade e especificações. Isso significa que produtos de uma determinada categoria são considerados equivalentes em termos de características físicas e químicas. A padronização facilita a negociação e a troca desses produtos em mercados globais.

2.2.2 Fungibilidade

Os produtos básicos são fungíveis, o que significa que uma unidade de um determinado tipo de commodity é considerada intercambiável com outra unidade do mesmo tipo. Por exemplo, um barril de petróleo de uma fonte específica é considerado fungível com outro barril do mesmo tipo, independentemente de onde tenha sido produzido.

2.2.3 Ampla Disponibilidade

Commodities representam produtos amplamente disponíveis na natureza e na produção. Esses produtos geralmente têm uma oferta global e são extraídos, cultivados ou produzidos em grandes quantidades.

2.2.4 Baixo Valor Agregado

Em sua forma bruta, as commodities têm um baixo nível de processamento ou fabricação. Elas são frequentemente matérias-primas básicas que precisam passar por processos adicionais para se tornarem produtos acabados.

2.2.5 Influência de Fatores Externos

Os preços das commodities são frequentemente afetados por fatores externos, como condições climáticas, eventos geopolíticos, políticas governamentais e flutuações cambiais. Esses fatores podem tornar os preços das commodities mais voláteis em comparação com outros ativos financeiros.

2.2.6 Negociação em Bolsas de Commodities

Muitas commodities são negociadas em bolsas especializadas, onde contratos futuros são comprados e vendidos. Essas bolsas fornecem um ambiente regulamentado para a negociação e estabelecimento de preços.

2.2.7 Ciclos de Mercado

Os preços das commodities tendem a seguir ciclos de mercado devido a fatores sazonais, demanda global e outros eventos macroeconômicos. Esses ciclos podem afetar significativamente as indústrias ligadas a commodities. Essas características fazem das commodities um componente único no mundo financeiro e comercial, com aplicações que vão desde o fornecimento de matérias-primas para a produção industrial até instrumentos de investimento e aja contra riscos de preço.

Soja e milho são duas commodities agrícolas de extrema importância global, desempenhando papéis de suma importância em diversas áreas da economia. Tanto a soja quanto o milho são commodities agrícolas versáteis, desempenhando papéis essenciais em setores como alimentação, energia e indústria. Seu impacto abrange desde a produção de alimentos até a sustentabilidade ambiental e o comércio internacional, destacando sua importância na economia mundial.

Importância Dos Commodities Soja E Milho

Com toda essa importância no mercado, pode -se elencar alguns pontos positivos das commodities soja e milho como:

2.2.8 Diversificação de Investimentos

As commodities oferecem uma oportunidade de diversificar a carteira de investimentos, já que seus preços podem não estar fortemente correlacionados com outros ativos financeiros, como ações e títulos.

2.2.9 Hedging (cobertura) e Gestão de Riscos

Produtores e comerciantes podem usar contratos futuros de commodities para se proteger contra flutuações de preços, mitigando riscos e garantindo uma certa estabilidade nos custos de produção.

2.2.10 Contribuição para o Desenvolvimento Econômico

Muitos países em desenvolvimento dependem da produção e exportação de commodities como uma fonte significativa de receita, o que pode contribuir para o desenvolvimento econômico dessas nações.

2.2.11 Indicadores Econômicos

Os preços das commodities são frequentemente usados como indicadores econômicos, fornecendo informações sobre condições econômicas globais e tendências de mercado.

2.2.12 Fonte de Matérias-Primas

Commodities são a base para a produção de uma ampla variedade de bens e serviços, sendo matérias-primas essenciais em setores como a indústria, agricultura e energia.

Há também que se demonstrar alguns pontos negativos:

2.2.13 Volatilidade de Preços

Os preços das commodities podem ser altamente voláteis, sujeitos a flutuações devido a fatores como condições climáticas, eventos geopolíticos e mudanças na oferta e demanda. Isso pode resultar em incerteza e riscos significativos para investidores e empresas.

2.2.14 Impacto Ambiental

A extração e produção de algumas commodities podem ter impactos ambientais negativos, incluindo desmatamento, poluição da água e do ar, e redução de recursos naturais.

2.2.15 Dependência Econômica

Países que dependem fortemente da produção e exportação de commodities podem enfrentar desafios econômicos significativos, especialmente quando os preços desses produtos estão em declínio.

2.2.16 Vulnerabilidade a Fatores Externos

As commodities estão sujeitas a influências externas, como mudanças nas políticas governamentais, eventos climáticos extremos, conflitos geopolíticos e flutuações cambiais, o que pode afetar negativamente a estabilidade dos mercados.

2.2.17 Desigualdades Econômicas

A dependência de commodities pode contribuir para desigualdades econômicas, já que os benefícios desses recursos podem não ser distribuídos de maneira equitativa dentro de uma sociedade.

2.2.18 Riscos de Abastecimento

Interrupções na oferta, seja devido a desastres naturais, conflitos geopolíticos ou outras razões, podem levar a escassez de commodities, impactando negativamente as indústrias dependentes desses recursos.

As commodities oferecem oportunidades de diversificação de investimentos e são fundamentais para a segurança alimentar, energética e o desenvolvimento econômico de muitos países. Por outro lado, a volatilidade dos preços e a dependência excessiva desses recursos podem criar desafios econômicos e sociais, especialmente para nações em desenvolvimento.

Portanto, as commodities desempenham um papel vital na economia global, impactando diversos setores e aspectos da vida cotidiana. Suas características, como padronização, fungibilidade e ampla disponibilidade, as tornam essenciais para o comércio, investimentos e produção de uma variedade de bens e serviços. No entanto, a volatilidade dos preços, os riscos ambientais, a dependência econômica e a vulnerabilidade a fatores externos destacam os desafios associados a esses ativos.

3. ENQUADRAMENTO EMPRESARIAL

A carga tributária se dá através do enquadramento empresarial que o agricultor se submete, que são denominados regimes tributários e subdivididos em 5(cinco) variações existentes na legislação brasileira, que são os regimes de Pessoa Física, Microempreendedor Individual, Simples Nacional, Lucro Real e Lucro Presumido. Cada um possui a sua especificidade que indica as obrigações legislativas, alíquotas aplicáveis e modalidade de recolhimento.

É o ápice de um Planejamento Tributário, pois é através dessa escolha minuciosa que é possível equilibrar estrategicamente os impostos deduzidos, uma vez que diante da ampla aplicabilidade de impostos, há risco de deduzir de forma errônea, equivocada e sem inserir os possíveis benefícios fiscais disponíveis ao agricultor. Avaliar qual é o regime tributário mais congruente e a atividade empresarial a ser utilizada, adequando-a criteriosamente o lucro bruto com o lucro líquido.

3.1 Pessoa Física

Em razão da burocratização, grande parte dos agricultores familiares optam por iniciar no ramo do agronegócio de modo informal, visto que há uma compreensibilidade administrativa, financeira e tributária mais suscinta. Obviamente é uma opção mais limitada, mas não impede o desenvolvimento empresarial do agricultor. Em virtude da aplicabilidade da atividade rural a pessoa física, houve a necessidade de regularização legislativa, surgindo então em 1990 a Lei 8.023 que estipula a incidência de Imposto de Renda sobre as atividades rurais e de modo específico, no artigo 2º, inciso I, sobre a agricultura.

A apuração se dá através de Escrituração do Livro Caixa Digital do Produtor Rural, que consiste no registro mensal e em ordem cronológica as apurações das despesas de custeios, receitas, investimentos, trabalhos não assalariados etc., conforme aduz o artigo 18 da Lei de 9.250 de 1995:

Art. 18. O resultado da exploração da atividade rural apurado pelas pessoas físicas, a partir do ano-calendário de 1996, será apurado mediante escrituração do Livro Caixa, que deverá abranger as receitas, as despesas de custeio, os investimentos e demais valores que integram a atividade.

Uma vez ao ano, o contribuinte reúne essas escriturações e fazem a declaração de ajuste anual do imposto de Renda, que é onde será feito um balanço tributário do que foi pago e o que ainda falta a pagar. Paralelamente, a Receita Federal do Brasil divulga antecipadamente o teto de receita bruta anual recebida por cada Pessoa Física/Produtor Rural, devendo ser analisada e enquadramento, de acordo com os valores recebidos.

Além das obrigatoriedades principais, há precedências alternativas no que tange a Contribuições Previdenciárias ao Produtor Rural que contribui através da Pessoa Física. Em 2019 a Receita Federal do Brasil criou uma Instrução Normativa sob o nº 1867 que aduz sobre as opções de recolhimento previdenciários, disponibilizando duas modalidades de dedução, que são através de Folha de Pagamento ou sobre

Faturamento da Produção, ambas são irretratáveis e devem ser anteposto a primeira comercialização de cada ano. ⁶

3.1.2 Folha De Pagamento

CPP ⁷	RAT ⁸	SENAR ⁹	INCRA ¹⁰	FNDE ¹¹
20%	3%	0,2%	2,7%	2,5%

3.1.3 Faturamento Da Produção

INSS ¹²	RAT	SENAR	INCRA	FNDE
1,2%	0,1%	0,2%	0,2%	2,5%

Dentre os aspectos acima mencionado, o Planejamento Tributário das Commodities Soja e Milho ganha uma força ainda maior ao produtor rural, uma vez que ele é redirecionado a uma vertente tributária que deve ser desmiuçada de forma técnica, levando em consideração cada produtor rural de forma individual, sem generalizar a aplicabilidade dos recolhimentos dos impostos.

Haverá casos em que será mais rentável optar por folha de pagamento, e outros pelo faturamento da produção, devendo o advogado responsável pelo planejamento tributário analisar a quantidade de funcionários, e valor bruta sobre a folha, e ponderar as incidências em porcentagens das alíquotas com os valores em reais.

⁶ <https://siran.com.br/Noticias/produtor-rural-deve-recolher-previdencia-na-folha-de-pagamento-ou-pela-comercializacao>

⁷ Contribuição Previdenciária Patronal

⁸ Risco Ambiental de Trabalho

⁹ Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

¹⁰ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

¹¹ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

¹² Instituto Nacional do Seguro Social

Sobretudo, além das inúmeras vantagens do Planejamento tributário sob o regime de Pessoa Física, há um discursão que vem gerando jurisprudências em alta positividade financeira ao produtor rural acerca da contribuição sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. O Tribunal Regional da 1ª Região decidiu que não pode ser exigida a contribuição para o salário-educação de pessoa física em atividade de produtor rural¹³ dele não se encaixar no regime tributário empresarial, de pessoa jurídica. A decisão tem por base o tema 362 do STJ que aponta o sujeito passivo da contribuição, as empresas, aduz abaixo:¹⁴

A contribuição para o salário-educação tem como sujeito passivo as empresas, assim entendidas as firmas individuais ou sociedades que assumam o risco de atividade econômica, urbana ou rural, com fins lucrativos ou não, em consonância com o art. 15 da Lei 9.424/96, regulamentado pelo Decreto 3.142/99, sucedido pelo Decreto 6.003/2006.

3.2 Pessoa Jurídica

Uma empresa agrícola deve ater-se aos regimes tributários vigentes e com o auxílio de um planejamento estrategicamente deve escolher qual modalidade regerá a empresa. Esse procedimento pode incluir novas perspectivas as empresas que buscam liberdade financeira, financiamentos para custeio de arrendamentos ou compra de imóveis rurais, máquina agrícolas e profissionais qualificados.

Apesar da ampla possibilidade do Produtor Rural atuar na pessoa física, ele é limitado em alguns requisitos onde somente a pessoa jurídica pode permitir que ele vá. A controladoria de uma empresa bem estruturada eleva a produção e o lucro no agronegócio, e a apuração em quantidades mais elevadas caminha em uma vertente empresarial, onde a entrada e saída de mercadorias são mais volumosas, o que é mais

¹³ <https://portal.trf1.jus.br/portaltf1/comunicacao-social/imprensa/noticias/decisao-nao-pode-ser-exigida-a-contribuicao-para-o-salario-educacao-de-pessoa-fisica-em-atividade-de-produtor-rural.htm>

¹⁴https://processo.stj.jus.br/repetitivos/temas_repetitivos/pesquisa.jsp?novaConsulta=true&tipo_pesquisa=T&cod_tema_inicial=362&cod_tema_final=362

complexo de controlar em uma pessoa física. Além disso, há benefícios de aproveitamentos fiscais que são permitidos apenas a CNPJ, com recolhem PIS¹⁵, COFINS¹⁶, ICMS¹⁷ etc.,

3.2.1 Simples Nacional

Admissíveis por Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP, o Simples Nacional tem por sua principal característica a unificação no recolhimento dos tributos, tem como obrigação principal os recolhimentos dos impostos IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins, IPI, ICMS, ISS e a Contribuição para a Seguridade Social destinada à Previdência Social a cargo da pessoa jurídica (CPP), através da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP e transmitida através do Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – SEFIP.

Para os enquadramentos do Produtor Rural no Simples Nacional, é necessário atentar-se ao limite de receita bruta da empresa conforme a Lei Complementar 139 de 2011, que são:

- a) Microempresa – ME até R\$ 360.000,00 por ano.
- b) Empresa de Pequeno Porto – PE Superior a 360.000,00 até 4.800.000,00 por ano.

Ao agronegócio, é um regime tributário de grande relevância em virtude da unificação do recolhimento dos impostos e da liberdade da receita bruta ser um pouco mais extensa é menos onerosa que a pessoa física. Por meio do Documento de Arrecadação do Simples Nacional – DAS há a possibilidade de recolher até 8 impostos distintos em apenas uma guia, o que torna um procedimento menos complexo.

3.2.2 Lucro Presumido

¹⁵ Programa de Integração Social

¹⁶ Contribuição para Financiamento da Seguridade Social

¹⁷ Imposto sobre a Circulação de Mercado e Serviços

A principal característica do regime tributário em Lucro Presumido é a forma que os impostos são recolhidos, propriamente dito, presume-se que haverá a incidência de 5(cinco) impostos, de forma individual, que são eles:

- Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ);
- Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL);
- Contribuição para o PIS;
- COFINS;
- Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) ou Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Contrário do Simples Nacional que tem o seu recolhimento de forma unificada, o Lucro Presumido recolhe de forma individual, cada imposto a ser pago, em datas distintas e de formas específica a cada uma, evitando assim um recolhimento indevido.

São empresas que devem ter uma receita bruta de até R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões).

Para o Agronegócio, optar pelo regime tributário de Lucro Presumido tem vantagens em virtude previsibilidade, devido ser um setor que depende das condições climáticas e das variáveis da bolsa de valores, ter a possibilidade de prevê especificamente a margem de lucro, é essencial, o que simplifica a gestão financeira da empresa. Outra opção, são para os produtores que possuem uma margem de lucro discrepante, se comparada as despesas dedutíveis.¹⁸

Em virtude das individualidades tributáveis, o Poder Legislativo tem criado e extinguindo normas com uma certa frequência, abrindo um leque complexo de legislações a serem analisadas especificamente, e ter uma assessoria jurídica de um advogado tributarista, especialista em planejamento para o agronegócio é fundamental, para que não haja divergência de aplicabilidade. É um dos regimes mais maleáveis no quesito tributação, mas é essencial ter um profissional apropriado.

¹⁸<https://prado-advogados.com/lucro-presumido-o-que-o-agronegocio-precisa-aber/#:~:text=No%20caso%20do%20agroneg%C3%B3cio%2C%20a,para%20a%20revenda%20desses%20produtos.>

3.2.3 Lucro Real

O Lucro Real é o regime tributário que, normalmente, as empresas optam por ele em virtude de seu faturamento ser acima de R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões). É um dos regimes mais complexo no quesito aplicabilidade de alíquota, pois a porcentagem da alíquota varia de acordo com o a receita e despesas.

É utilizada pelos produtores rurais que possuem plantações de larga escala, e vislumbram o agronegócio com a finalidade industrial, com um vasto número de funcionários, e milhares de hectares a disposição das plantações. Há uma obrigatoriedade sobre a opção desse regime tributário, que é bem comum dentro do agronegócio, que é o fato de arrecadarem lucros, rendimentos e ganhos de capital de origem internacional e ainda tem o usufruto de benefícios fiscais específicos do Lucro Real.

4. MERCADO INTERNO E EXTERNO

Ao se analisar o mercado interno e externo, tem que haver um estudo do cenário global, para ter um planejamento eficaz, pois a volatilidade dos preços, tornam o mercado instável para os investimentos das commodities, uma vez que, pode ocorrer oscilação dentro e fora dos mercados.

Com o planejamento tributário estruturado essa fusão entre mercados, torna – se menos oscilante, ao passo que haverá sempre um monitoramento do balanço fiscal global, assim diminuindo a incidência de uma queda ou uma alta abrupta no setor. Desse modo, apresentando caminhos que levam ao crescimento das commodities soja e milho tanto para o mercado interno quanto para o mercado externo e concomitante assegurando para o produtor no seu trabalho.

4.1 Bônus Fiscais

Os benefícios fiscais para commodities agrícolas no Brasil podem variar e estão frequentemente sujeitos a mudanças nas políticas governamentais. Alguns dos

incentivos fiscais que podem afetar as commodities de soja e milho no mercado interno incluem:

4.1.2 Isenções Fiscais

O governo pode conceder isenções fiscais sobre certos impostos, como Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), para produtos agrícolas, incluindo soja e milho.

4.1.2 Programas de Financiamento Agrícola

O governo pode oferecer linhas de crédito especiais e condições aprimoradas de financiamento para produções agrícolas. Isso pode incluir taxas de juros mais baixas e prazos estendidos para empréstimos destinados à produção de soja e milho.

4.1.3 Incentivos à Exportação

Embora o foco seja o mercado interno, políticas que beneficiam as exportações também podem impactar negativamente os produtores internos. Isso pode incluir regimes especiais de tributação para exportadores e benefícios relacionados à logística de exportação.

4.1.4 Programas de Subsídios

Subsídios diretos ou indiretos podem ser oferecidos aos produtores agrícolas para ajudar a compensar os custos de produção. Esses subsídios podem incluir apoio para a compra de insumos agrícolas, como fertilizantes e sementes.

4.1.5 Programas de Desenvolvimento Regional

Em algumas regiões do Brasil, especialmente aqueles com desafios econômicos, o governo pode implementar programas específicos para contribuições para o desenvolvimento agrícola. Isso pode incluir benefícios fiscais direcionados à produção de commodities como soja e milho.

4.1.6 Reduções Tarifárias

O governo pode reduzir tarifas de importação de insumos agrícolas ou equipamentos, contribuindo para a redução dos custos de produção.

4.1.7 Programas de Seguro Agrícola

É importante observar que essas políticas podem ser ajustadas ao longo do tempo, dependendo das condições econômicas, políticas e ambientais. Os produtores agrícolas devem estar atentos às políticas governamentais e buscar informações atualizadas sobre os incentivos fiscais disponíveis para otimizar suas operações.

4.2 Influência do Mercado Interno nas Commodities Soja e Milho

As commodities agrícolas, como soja e milho, exercem uma influência significativa no mercado interno devido à sua importância na economia brasileira. Aqui estão algumas das principais influências que essas commodities têm no mercado interno: A soja e o milho são fundamentais na produção de alimentos e rações para animais. São insumos importantes para a indústria alimentícia e para a criação de gado, aves e suínos. Qualquer variação nos preços dessas commodities pode impactar os custos de produção em vários setores da economia. A soja e o milho são matérias-primas importantes para a agroindústria. A soja, por exemplo, é utilizada na produção de óleo, farelo, lecitina e biodiesel. O milho também é usado em diversos produtos, incluindo óleo de milho, amido e xarope de milho.

O Brasil é um dos maiores exportadores mundiais de soja e milho. A demanda internacional por essas commodities afeta diretamente a economia brasileira, pois as exportações representam uma parte significativa da balança comercial. Variações nos preços internacionais podem influenciar a receita das exportações e, conseqüentemente, a economia do país. Os preços da soja e do milho afetam toda a cadeia de produção e distribuição de alimentos. Produtores, indústrias processadoras, distribuidores e varejistas são impactados pelos custos dessas commodities, o que pode influenciar os preços dos alimentos no mercado interno.

Os agricultores brasileiros dependem do cultivo de soja e milho como fonte de renda. Variações nos preços dessas commodities podem afetar diretamente os custos de produção agrícola, incluindo despesas com sementes, fertilizantes, defensivos agrícolas e maquinário. Os preços da soja e do milho podem ter impactos na inflação e nos índices de preços, uma vez que essas commodities são componentes importantes da cesta básica e têm influência sobre os custos de produção em diversas indústrias.

O governo brasileiro muitas vezes adota políticas para incentivar ou regular a produção e exportação de commodities agrícolas. Subsídios, incentivos fiscais e

programas de financiamento agrícola podem ser implementados para influenciar a produção e os preços dessas commodities. O cultivo de soja e milho desempenha um papel importante no desenvolvimento regional, especialmente em áreas rurais. O crescimento dessas culturas pode influenciar a dinâmica econômica e demográfica em diferentes regiões do Brasil.

4.3 Dinâmica Política

A dinâmica política entre os mercados internos e externos em relação às commodities de soja e milho envolve uma série de fatores que podem impactar a produção, o comércio e os preços dessas commodities. A política comercial adotada por um país pode influenciar significativamente o comércio de commodities. Já os acordos internacionais, tarifas de importação e exportação, bem como barreiras comerciais, podem afetar a competitividade das commodities no mercado mundial.

As políticas cambiais têm um impacto direto nas exportações e importações, variações nas taxas de câmbio afetam a competitividade das commodities no mercado internacional, um câmbio desvalorizado pode tornar as exportações mais interessantes para os compradores estrangeiros.

As políticas governamentais relacionadas à agricultura, como subsídios, incentivos fiscais, programas de financiamento e regulamentações ambientais, podem influenciar a produção e os custos de produção das commodities agrícolas. Pode -se analisar também estabilidade política e a segurança jurídica como cruciais para o desenvolvimento do setor agrícola. Mudanças abruptas na política ou na legislação podem criar incertezas para os produtores e investidores.

Outros fatores que influencia são as relações entre países podem impactar o comércio internacional. Conflitos políticos ou diplomáticos podem resultar em restrições comerciais que afetam as exportações de commodities agrícolas. Outro fator que deve ser analisado são as Regulações Ambientais e Sustentabilidade, políticas externas para a sustentabilidade e a proteção ambiental podem afetar a produção de commodities agrícolas. Regulamentações mais rigorosas podem influenciar as práticas agrícolas e a conformidade com padrões ambientais.

E por fim, nota – se a políticas de subsídios e apoio ao produtor, com subsídios agrícolas e apoio governamental aos produtores podem ter impacto na produção, nos preços e nas condições do mercado interno e externo.

5. CONCLUSÃO

O objetivo desse trabalho é apresentar e demonstrar como planejamento tributário estratégico pode reduzir os impostos e custos, buscando seguir as diversas formas da lei fiscal, a fim de evitar danos desnecessários para os agricultores, explorando a estruturação societária adequada, de modo que tenha um impacto significativo na carga tributária e na economia de impostos dentro do mercado.

Que como apresentando, no setor agrícola, a classificação fiscal correta dos produtos, como já identificado que são a soja e o milho, pode resultar em benefícios tributários substanciais. Identificando – se que cada determinada cultura ou atividade está sujeita a benefícios fiscais, isenções ou alíquotas reduzidas é fundamental para um planejamento tributário eficaz e apresentar um regime tributário adequado.

Portanto, exemplificando que a proposta do planejamento tributário para esse setor é rentável, pois o planejamento fará que a produção tenha a maximização de lucros em cima da produção, seguido toda a tributação vigente, dessa maneira blindando do produtor de ter problemas futuros com a falta de pagamento da tributação do país, como a sonegação que gera grandes prejuízos dentro do ramo, e que o produtor não pague imposto de forma errônea, ou superfaturado.

Em um mundo globalizado, o comércio de commodities continua a desempenhar um papel importante, conectando economias e influenciando indicadores econômicos. No entanto, é imperativo abordar os desafios associados, promovendo práticas sustentáveis, diversificação econômica e a gestão adequada dos riscos inerentes ao mercado de commodities, principalmente das commodities de grãos, sendo elas soja e milho, principal tema desse trabalho.